

Anexo 1: La Certificación Forestal en Brasil

A EVOLUÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E A CERTIFICAÇÃO.

Tasso Rezende de Azevedo and André Giacini de Freitas de Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)

Até o início da década de 90, as empresas madeireiras eram consideradas os inimigos número 1 da floresta pela imprensa, movimentos sociais, ONGs e principalmente os povos da floresta. Para os mais complacentes a indústria madeireira era pelo menos o vetor de destruição da floresta abrindo espaço para a agropecuária. Para os mais duros os métodos dos líderes destas empresas tornavam o manejo florestal madeireiro na Amazônia Brasileira sinônimo de ilegalidade, roubo, violência e destruição da floresta.

Em diversos pontos da Amazônia, notadamente em Xapuri no Estado do Acre e Marabá e Gurupá no Estado do Pará as comunidades locais organizadas promoveram grandes movimentos contra a presença e a ação da atividade florestal madeireira. No Acre os casos mais conhecidos foram os famosos “empates” estabelecidos pelos seringueiros e suas famílias sob a liderança de Chico Mendes, assassinado em 1988.

Esta situação fez valer por bastante tempo a associação de que manejo florestal madeireiro era prenúncio de destruição e violência.

Por outro lado, a mesma indústria madeireira que vivia uma relação de conflito marcante com a comunidade, tinha na própria comunidade um parceiro comercial e cúmplice importante no seu sistema de produção, especialmente nas regiões de várzea onde extração da madeira na maioria dos casos se origina da produção em pequena escala de forma artesanal e esquemas informais de manejo.

As condições de trabalho nestas empresas eram péssimas e as contratações sazonais, o que também colocava os sindicatos como fortes críticos da atividade florestal.

Em 1992, ano da cúpula da terra, Rio92, ao mesmo tempo em que as primeiras discussões aconteciam para criação do FSC¹, no Brasil as primeiras iniciativas para pensar manejo florestal comunitário começavam a ser articuladas/consideradas.

Motivação para o Manejo Florestal e o Uso do Argumento da Certificação

Dois situações diferentes levaram as iniciativas buscarem o manejo florestal madeireiro como alternativa: proteção do território e geração de alternativa de renda.

No caso da proteção do Território estão projetos como Índios Xikrins do Catete no Estado do Pará e Organização dos Seringueiros de Rondônia no Estado de Rondônia. Em ambos os casos as populações viam seus territórios sendo invadidos por madeireiras em busca de mogno, cedro e outras espécies de alto valor. Além de roubar madeira corrompiam líderes das comunidades pagando preços extremamente baixos pela madeira. A expulsão dos madeireiros foi acompanhada pelo estabelecimento de planos de manejo florestal que pudessem ser uma fonte de renda sustentável e compensatória das perdas de renda causada pela não venda de madeira aos madeireiros ilegais.

A grande maioria dos projetos porém surgiu da necessidade de geração de renda alternativa. Este modelo se percebe mais claramente nos primeiros projetos de manejo realizados no Acre – Assentamento Pedro Peixoto, PAE Chico Mendes e PAE Porto Dias. Em Pedro Peixoto, um assentamento agrícola, 50% da área precisa ser mantida como floresta e como forma de incentivar a manutenção próativa destes 50% a

¹ Forest Stewardship Council

EMBRAPA² estabeleceu um projeto piloto de manejo florestal com 10 produtores rurais para que a floresta gera-se renda. No caso do PAE Chico Mendes e Porto Dias o manejo florestal surgiu como uma oportunidade de aumento da renda no final da década de 90 num momento em que o mercado da borracha, principal atividade da região, esteve nos seus piores anos e a castanha não gerava renda suficiente para manter as famílias (além de ser sazonal e irregular). Durante anos o tema foi muito polêmico, especialmente entre as lideranças do Conselho Nacional de Seringueiros. A perspectiva de uma produção certificada (no caso o FSC, que é apoiada por vários segmentos da sociedade) incluindo os produtos madeireiros e não madeireiros e o exemplo de outros países como México, Guatemala, Honduras e Bolívia ajudou a facilitar a aceitabilidade mais clara de manejo madeireiro a partir de 1999.

A certificação do Manejo Comunitário na Amazônia

As primeiras avaliações de pré-qualificação para certificação aconteceram em 1998 em Rondônia e se estenderam por mais de 10 iniciativas envolvendo produtos madeireiros e não madeireiros nos Estados de Rondônia, Pará, Acre, Amazonas e Amapá. Em 2002 aconteceu a primeira certificação de um projeto de manejo florestal comunitário, o projeto da Associação de Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes – AMPPAECM realizado no Seringal Cachoeira. Até o final de 2002 outros dois projetos devem alcançar a certificação: Xikrin do Catete no Pará e Associação Seringueira Porto Dias em Acrelândia, Estado do Acre.

Em 2000, um levantamento realizado por Amaral & Neto apontou 14 projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira. Um levantamento realizado pelos participantes da VI Oficina de Manejo Florestal Comunitário realizada em Alter do Chão, Estado do Pará em Agosto de 2002 já apontava a existência de mais de 20 projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia. Destes projetos 6 já estão em alguma fase do processo de certificação e outros 3 pretendem iniciar o processo em 2003.

Como todos nasceram depois da existência da certificação FSC que conta com apoio de grupos ambientalistas e movimentos sociais ela é em geral vista pelos projetos como uma das metas a ser alcançada que permitirá a diferenciação do manejo comunitários em relação a grande massa de empresas que atuam de forma ilegal ou de alto impacto.

Nenhum dos projetos de manejo florestal comunitário no Brasil exporta ou pretende no médio prazo exportar seus produtos madeireiros. Em muitos casos os projetos tem se voltado para o comércio estritamente local (mesma cidade ou estado). Em geral a certificação tem pode ser também uma forma de abrir o mercado centro sul do país que tem interesse em produtos certificados, em especial consumidores de pequena escala para produtos de alto valor agregado como designers e arquitetos.

Adaptando a legislação e as regras de certificação

Em 1998 foi iniciada uma série de Workshops de Manejo Florestal Comunitário, que atingiu em 2002 a sua VI edição. A cada ano durante estas oficinas, que reúnem os principais projetos de manejo florestal comunitário da Amazônia, foram identificados entraves e soluções para a promoção e efetivo sucesso do manejo florestal comunitário. Informalmente todos os projetos participantes são comprometidos com o manejo florestal que tenha como mínimo padrão os princípios e critérios do FSC e técnicos destes projetos fazem parte do Conselho Diretor do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC-Br) representando a Câmara Social.

Como resultado destas reuniões e da articulação posterior com o governo federal e respectivos órgãos estaduais, entre 1999 e 2001, a legislação florestal sofreu uma série de adaptações para viabilizar o

² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

manejo florestal comunitário sendo o mais significativo a simplificação dos planos de manejo e a flexibilização do espectro de documentos exigidos como garantia da posse de terra.

Em 1999 a Oficina realizada em Marabá discutiu a necessidade de adaptar as regras de certificação florestal para manejo florestal comunitário. Como consequência em 2000 foram realizados testes de campo específicos com os padrões brasileiros de certificação manejo florestal em terra firme na Amazônia. Em 2002 iniciou-se o processo de criação de um padrão específico para o manejo florestal comunitário na Amazônia que considere as peculiaridades deste tipo de projeto quanto a escala, intensidade, complexidade de fatores sociais e capacidade de internalizar o processo de manejo florestal e certificação.

O paradoxo da simplicidade e a necessidade de aprofundamento.

Todas as avaliações para certificação realizadas no Brasil foram conduzidas por equipes do Imaflora em parceria com SmartWood. A parte das dificuldades relacionadas a implementação do bom manejo florestal identificamos um paradoxo no processo de certificação florestal: por um lado a demanda pela simplificação e minimização de custos e outro lado a demanda por uma avaliação mais longa e aprofundada.

Os processos de certificação são longos e complexos, envolvendo uma série de consultas, um relatório baseado em padrões técnicos de difícil entendimento (para atender as exigências de credenciamento) e podem facilmente se tornar um peso a mais para a comunidade ou ainda aumentar sua necessidade de apoio externo para atingir a certificação e seus potenciais benefícios. Para enfrentar este problema o sistema de certificação tem se adaptado para aumentar sua eficiência abreviando os passos administrativos e procurando simplificar os relatórios e adaptar os padrões.

Por outro lado em vários dos casos é solicitado, pelas entidades de apoio ou mesmo as comunidades, que o certificador produza um relatório simplificado (além do relatório técnico) e que seja feita uma apresentação dos resultados da avaliação em uma reunião com a comunidade. Em outros momentos sugere-se que o processo de certificação (que ocorre em períodos de cerca de 3 dias) é muito curto e pode não captar toda a complexidade da comunidade portanto as avaliações deveriam ser mais longas ou mais frequentes. Todas as sugestões acima são muito pertinentes e em menor ou maior grau aplicado em alguns casos, mas implicam em uma elevação significativa dos custos da certificação que não se justificaria para a escala e intensidade do manejo florestal comunitário.

Para enfrentar os problemas de custos temos desenvolvido algumas ferramentas como o Banco de Auditores Voluntários onde especialistas da área oferecem seus serviços para auditorias sem custos ou com grandes descontos e Fundo Social de Certificação que foi criado em 1996 pelo Imaflora para subsidiar a avaliação de projetos de manejo comunitário ou de pequena escala descapitalizados. A fonte de recursos do Fundo é uma taxa de 3 a 5% cobrada de cada processo de certificação de empresas privadas. Em última instância as empresas maiores estão subsidiando parcialmente a certificação de MFC.

Estes mecanismos são ainda insuficientes pois não atacam ainda uma das raízes do problema é que a complexidade do processo de certificação que dificulta a sua internalização pela comunidade.

Diminuir a distância entre os dois pólos deste paradoxo, garantindo ao mesmo tempo a absorção do processo de certificação pela comunidade parece ser um dos grandes desafios da certificação florestal nos próximos anos.

Outras iniciativas de certificação envolvendo comunidades

No Brasil existe ainda um outro universo de iniciativas de manejo florestal com comunidades que está descobrindo a certificação como instrumento de legitimação de seu esforço de manejo florestal. Estas

iniciativas estão na região do Cerrado Brasileiro com produção de frutos, sementes e flores secas em áreas naturais, na Mata Atlântica com a produção de palmito, erva mate, plantas medicinais e piaçaba entre outras e no Sertão nordestino com madeira para energia, óleos e ceras vegetais entre outros produtos.

Estas iniciativas terão grande expressão no desenvolvimento da certificação florestal no Brasil, em especial quando envolverem produtos utilizados pela indústria de cosméticos e fitoterápicos devido ao interesse despertado nestas empresas no Brasil por conhecer e garantir a origem sustentável das suas matérias primas florestais com preferência explícita por projetos envolvendo diretamente a comunidade.

Protegendo seu território: o caso dos Xikrin

O primeiro projeto de manejo florestal comunitário começou a ser discutido no final de 1993, ano da fundação do FSC. Os índios Xikrins cansados da constante e forte presença de madeireiros invasores em suas áreas na região de Marabá, Sul do Estado do Pará, abriram diversas ações na justiça para promover a retirada dos madeireiros. Estas madeireiras não só roubavam mogno da área indígena como aliciavam lideranças do grupo para venda de parte das árvores. Com apoio do Instituto Sócioambiental a Associação Bep-Nói de Defesa dos Direitos da Sociedade Xikrin do Cateté (formada pelos indígenas em 1995) foi criada e um plano de manejo elaborado entre os anos de 1994 e 1995. Além de primeiro plano de manejo em áreas comunitárias, o projeto foi e continua sendo o único plano de manejo em terras indígenas no Brasil. Por ser um tema extremamente polêmico, para todos envolvidos, o projeto buscou como padrão desde o início os Princípios e Critérios do FSC. Numa época em que nenhuma floresta havia certificada no Brasil, este compromisso tinha um peso importante por serem considerados os padrões do FSC muito rigorosos. A aprovação do projeto passou por diversas fases e batalhas institucionais e finalmente foi aprovado em 1996 em caráter especial e piloto.

A extração iniciou-se apenas em 2000 quando ocorreu também a primeira avaliação para certificação FSC. Em 2001 o projeto entrou no segundo ano de exploração e após cumprir as pré-condições para certificação deve alcançá-la ainda na safra de 2002.

Dado a sensibilidade das questões indígenas no Brasil vários compradores se sentiram resabiados com o projeto e preferiram não se envolver com a compra de madeira do projeto de manejo. Para uma parcela deles a certificação FSC representa uma segurança de que o projeto não será atacado por grupos contrários ao manejo e portanto permitiria a realização de negócios. Uma empresa fabricante e exportadora de portas para Home & Deport entre outros clientes demandantes de certificação se aproximou do projeto de manejo em 2001 e efetivou as primeiras compras com a promessa de que a certificação FSC seria alcançada. Em 2002 se ofereceram para ajudar o processo de certificação. Os impactos da certificação para este projeto ainda estão por vir.

Por outro lado o processo de certificação tem exigências que se tornaram limitantes para o projeto. A certificação condições de segurança e saúde para os trabalhadores bastante rígidas além da formalidade de contratação dos mesmos. Como boa parte das atividades de extração são contratadas externamente, o projeto Xikrins teve que procurar prestadores de serviço que atendessem esta condição e isto tornou-se um limitante e entrave muito grande para o início das operações de extração. Muitas vezes o projeto se deparou cotando preço dos serviços com prestadores de serviço que outrora poderiam ser os mesmo que faziam extração ilegal na área.

DIRECT IMPACTS OF CERTIFICATION ON WORKING CONDITIONS: THE CASE OF BRAZIL
by Tasso Rezende de Azevedo and André Giacini de Freitas from IMAFLORA (Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola)

Logging activities are among the most dangerous and unhealthy in the industrial sector in Brazil. Normally, people that work in this sector are those with low professional qualifications that were unable to find better jobs. Requirements for improving working conditions in order to obtain certification have led to deep changes in the way companies treat their workers. These changes include:

- Logging Camps – Usually forest workers sleep in precarious tents built at the site with black polyethylene film, without adequate toilette facilities and a proper place to eat their meals. In certified operations, logging camps are equipped with sleeping quarters, bathrooms, eating places, office, first-aid room, and leisure space, such as TV and a sports court. In Manicoré, the enterprise Gethal Amazonas provided workers with transportable camp structures that could be pulled by a motor vehicle and taken from one area to another, thus shortening the time needed to move the logging crews through the forest and get them ready to work.
- Safety of forest operations– Until 1995, the use of personal protective equipment (PPE) in forest activities was limited in Brazil to a few plantation-based industries, as a result of organized pressures from the part of labor unions and the Labor Ministry. In the Amazon region it was almost impossible to find any worker wearing PPE. Forest entrepreneurs argued that there was no use in providing them to the workers because this type of equipment (safety pants and boots, and hard hats) was quite uncomfortable in the tropical climate, or because they hindered harvesting operations (ear protectors). So, with the connivance of the workers themselves, things never changed.

Worker safety is an indispensable condition to attain certification. All workers must wear PPE supplied by the company in good condition and adequate to their specific activities. Workers must be properly trained to carry out forest activities safely and efficiently.

Until 1996 the municipality of Itacoatiara, in the state of Amazon, was considered the place in Latin America with the highest rate of fatal and serious accidents related to forest activities. Every year two or three people died working for Madeireira Itacoatiara Ltd. – MIL, the main local forest company. Since its certification in 1997, this company has had one fatal accident caused by the fall of a dead tree. This fact, which occurred last year, was so unusual that employees mourned for two days. One year later, on the date of the accident, all activities were interrupted for half a day in order to pay tribute to the killed worker and discuss the issue of worker safety.

It is common for companies to organize internal safety committees to promote a safe work environment. In addition, they have to offer medical and hospital assistance to their employees and provide workers with regular medical check-ups.

- Job Stability and Formal Work Contracts – Forest activities, especially in natural forests, have a seasonal character: work must be interrupted during the rainy season. In the Amazon region, logging takes place from June to December, a period locally known as “summer” because rainfall is lower than in the rest of the year, known as “winter”. This reality normally brings two consequences: employees are overworked during summer and lose their jobs during the winter. Due to the fact that forest companies did not always rehire the same employees every year, there was no incentive to investing on training and capacity building programs. In order to avoid

paying overtime, companies arranged to pay according to production and never formalized work papers, leaving employees without most fringe benefits, such as unemployment compensation, paid vacation, and the 13th salary that is mandatory in Brazil.

Since certification requires good working conditions, training programs and formal work contracts, by working with labor unions and representatives of the Ministry of Labor, the companies were able to establish a compensation mechanism called “bank of hours”, something similar to flextime adopted in some offices. According to this mechanism, during the dry season employees work one additional hour everyday. This extra time accrues during the summer and allows for the continuity of the work contract during the months when forest activities stop. All workers are legally hired, with work contracts properly specified in their work papers. In fact, this is a win-win situation: workers have job stability and guaranteed income throughout the year; in turn, employers have lower manpower costs and are able to invest on improving the technical capacity of the employees. Since there is less manpower turnover, the work teams become more skilled as they stay longer periods in the company. As a result, significant gains in efficiency are obtained over the years. A good example of this positive impact of certification is the fact that the productivity of the work teams of Mil Madeireira and Gethal, the first two enterprises to attain certification in the Amazon region, increased by at least 20% in the first two years after certification.

Another positive impact is the stability brought to the families of the workers that join the bank of hours, as identified by the forest workers’ union of Itacoatiara. One indicator of this fact is many workers decide to build a house for their families, an initiative that is encouraged by the forest enterprises. The bank of hour’s idea is being adopted by a number of companies operating in the Amazon, and even by agricultural companies that deal with seasonal activities.

- Subcontracting – A recent and quite popular trend in plantation forest enterprises in southern Brazil is to subcontract harvesting and maintenance operations with small local companies. In some cases this process improved salaries but, in general, it made forest working conditions worse. The worker ends up losing a number of benefits, especially long-term job stability. The argument normally presented by the companies is that their responsibilities only cover their own employees and that subcontracted workers are the responsibility of the company that provides the services.

FSC considers that certification principles and criteria apply equally to all workers carrying out activities in the forest management unit, be they hired directly or through another company. This way, differences in treatment between permanent workers and subcontractor’s workers must be minimized.

This requirement had a significant impact on the working conditions of companies that manage plantations in southern Brazil. In 1997 Klabin do Paraná had excellent working conditions for its workers in all departments, and not so good for subcontractors’ workers. In order to ameliorate this situation, a series of indicators were established, such as the use of PPE, quality of food and transportation, work contract papers, quality of logging camps, and availability of medical assistance. These indicators were very useful in bringing subcontractors in full compliance with the requirements specified in certification P&C with respect to working conditions. The results obtained through these indicators are presented to the labor union and to the certifier. In 2000 the differences in treatment between the two types of workers had decreased considerably.

Impact on Community Relations

By and large, forest operations in Brazil are the source of conflicts between enterprises and local communities. Due to the fact that FSC certification procedures have a strong focus on aspects related to land tenure rights and community relations, these two subjects are of fundamental importance during assessments carried out for certification purposes. The solution of these conflicts points to new directions in forest management: the construction of relations between forest enterprises and local communities. The following paragraphs describe some of the problems found during certification assessments and how certification catalyzed adequate solutions for them:

- Respect for indigenous areas – In theory, 19% of the surface area of the country consists of indigenous lands but, in practice, very few areas have been demarcated; examples of native populations having sovereignty over their territories are quite rare. Lumber companies frequently invade indigenous areas to cut mahogany and other valuable species; the same situation arises in extractivist reserves.

Forest operations undergoing certification must be completely detached from indigenous areas, even when they have a legitimate claim to land tenure rights and demarcation is in its initial phases. During the evaluation process to certify Gethal it was noted that 4,000 hectares of the forest management area of the company were located in an area declared as of interest for establishing an indigenous reserve. For many years the company had considered putting that area under management but, as part of the certification process, this area had to be completely eliminated from its forest management unit. The legal status of this area is now being established by the National Foundation for Indigenous People (FUNAI).

It is worth noting that, according to the Brazilian standards recently approved by the FSC board of directors, Principle 3 and its criteria are applicable not only to indigenous peoples but also to other traditional communities such as “quilombolas” and extractivist communities.

- Compensation for damages to traditional rights – Many forest operations cause adverse effects on the subsistence of local communities. In order to be certified, it is of fundamental importance that such impacts be avoided. Whenever they occur, they must be mitigated and adequate compensation offered to the population affected.

Manicoré is a municipality located in the state of Amazon, about two days by river from Manaus. Income for the people living in this town has always been based on extractivist activities, including rubber tapping, and extracting Pau Rosa oil and Brazil nuts. In 1998 Gethal Amazonas bought 45,000 hectares of land to implement a forest management plan to supply its Itacoatiara plywood plant, 30 hours down the river. The areas where families lived along the rivers were left untouched and their land tenure rights were guaranteed. Since the main source of income for these families is the gathering of Brazil nuts in the areas bought by Gethal, despite the fact that the company has authorized this gathering and it will not harvest nut producing trees, logging activities cause impacts that affect the activities of the nut gatherers. Tree felling and skidder trails hinder the access of the local population to the nut producing areas and to conduct their extractivist activities. The end result is that the productivity and income of the nut gatherers decreased.

A loosely organized community would have great difficulty in putting forward a request for compensation for the losses caused by the presence of the company in the areas that have provided its members with income over the years. If they were to rely on public authorities the

case could take a long time to be solved. As a certified enterprise, Gethal had to behave proactively, identifying the impacts and proposing solutions. The enterprise is now carrying out a survey of all families involved with nut gathering and their respective income, and also identifying the impacts of logging activities in the field. Among the alternatives under study, Gethal intends to supply maps to facilitate the location of nut producing trees, planning logging activities after the nut-collecting season, and possibly offering transportation facilities to nut gatherers in order to expand the areas they can reach. In addition, Gethal is also studying the possibility of assisting the community to shell the nuts locally and promote their sale.

- Recognizing land tenure rights – Land use rights is another extremely complex subject in Brazil. There are at least 17 different types of land titles and frequently overlap. The problem of land ownership and land tenure rights causes many conflicts that have resulted in armed confrontations and, in many cases, fatal incidents. Furthermore, this problem threatens the quality and the survival of forest resources due to forest fires and predatory logging.

One of the most remarkable aspects of FSC certification is the requirement that the situation of the forest area be made absolutely clear with respect to: i) land tenure rights; ii) its use by traditional populations, and iii) the absence of conflicts that may threaten the physical integrity of individuals and forest resources. The case described in the ensuing paragraphs is an example of how conflicts involving land tenure rights that remained pending for many years were finally solved during the process of certification.

When Mil Madeireira requested certification for its area of 82,000 hectares, it was aware that there were families living in company areas, but it did not know them nor maintained any relation with them. During the certification assessment it became clear that, although there was no apparent conflict, the potential for such situation was present. These families used fire to clear their agricultural plots, an action that could threaten the forest resource under management. Furthermore, the families did not recognize Mil Madeireira as the legitimate owner of the area. As one of the certification conditions, it was required that no forest management activity would take place in the forest compartments³ bordering the occupied areas. It was also required that the company had to carry out a complete survey of all families living in its areas and submit a proposal for formally recognizing the land tenure rights of the communities. In order to formalize the proper legal situation of the families with regard to their land tenure rights, after two years of work with the state government, the company decided to jointly demarcate with the communities the areas they occupied, including some forest areas. As a final step to close the issue, the company gave to each one of the families a letter officially recognizing their land tenure rights over the area.

¹ Areas to be harvested once in every 20-30 years. After logging takes place, the area remains untouched in order to allow the forest to recover.